



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento e instalação de comunicação visual nos Cartórios Eleitorais da 15ª - Indaial, 17ª e 87ª - Jaraguá do Sul, 18ª e 85ª - Joaçaba, 47ª - Tangará e 61ª - Seara, conforme especificações abaixo e detalhes em projetos anexos.

2. Fundamentação da Contratação

Conforme padrão da Justiça Eleitoral de Santa Catarina e normas técnicas pertinentes, identificar de forma clara a localização das unidades das zonas eleitorais dos municípios aos cidadãos.

3. Descrição da Solução

Item 1	<p>Tótem em ACM 3mm estruturado com perfis metálicos, 2 faces, com pintura eletrostática a pó de poliéster, brasão colorido e letreiros pintados na cor branca, com acabamento final após adesivação com verniz de poliuretano fosco. Fixação em sapata existente, com parafusos chumbadores adequados para estrutura de concreto armado (tipo parabolt), sob responsabilidade técnica da empresa contratada.</p> <p>Dimensões: 228 X 42 X 6 centímetros (altura X largura X espessura), conforme projeto.</p> <p>Quantidade: 1 (uma) unidade.</p> <p>Local de fornecimento e instalação: CARTÓRIO DA 15ª ZONA ELEITORAL – INDAIAL/SC.</p>
Item 2	<p>Placa em alumínio composto ACM, espessura igual a 3mm, com pintura eletrostática a pó de poliéster, brasão colorido e letreiros brancos em adesivos recortados, acabamento final após adesivação com verniz de poliuretano fosco. Fixação com parafusos do tipo parabolt, para base em concreto armado. Atenção: placa a ser instalada em viga curva na fachada frontal do edifício, sob responsabilidade técnica da empresa contratada.</p> <p>Dimensões: 300 X 60 centímetros (comprimento x altura), conforme projeto.</p> <p>Quantidade: 1 (uma) unidade.</p> <p>Local de fornecimento e instalação: CARTÓRIO DA 47ª ZONA ELEITORAL – TANGARÁ/SC.</p>
Item 3	<p>Placa em alumínio composto ACM, espessura igual a 3mm, com pintura eletrostática a pó de poliéster, brasão colorido e letreiros brancos em adesivos recortados, acabamento final após adesivação com verniz de poliuretano fosco. Fixação com parafusos do tipo parabolt, para base em concreto armado, na fachada frontal do edifício, sob responsabilidade técnica da empresa contratada.</p> <p>Dimensões: 330 X 75 centímetros (comprimento x altura), conforme projeto.</p> <p>Quantidade: 1 (uma) unidade.</p> <p>Local de fornecimento e instalação: CARTÓRIO DA 61ª ZONA ELEITORAL – SEARA/SC.</p>



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Item 4	<p>Placa em alumínio composto ACM, espessura igual a 3mm, com pintura eletrostática a pó de poliéster, brasão colorido e letreiros brancos em adesivos recortados, acabamento final após adesivação com verniz de poliuretano fosco.</p> <p>Dimensões: 375 X 68 centímetros (comprimento x altura), conforme projeto.</p> <p>Quantidade: 1 (uma) unidade.</p> <p>Fixação: instalação com parafusos adequados à base em concreto armado, na viga da fachada frontal, conforme projeto. Fixação sob responsabilidade da contratada.</p> <p>Local de fornecimento e instalação:</p> <p>CARTÓRIOS DA 17ª E 87ª ZONAS ELEITORAIS - JARAGUÁ DO SUL/SC</p>
Item 5	<ul style="list-style-type: none">● Placa existente:<p>Retirada da placa existente na edificação da antiga sala dos cartórios e reinstalação no novo endereço, conforme projeto.</p><p>Dimensões: 200 X 40 centímetros (comprimento x altura).</p><p>Quantidade: 1 (uma) unidade.</p><p>Fixação: instalação com parafusos adequados à base existente, na viga da fachada frontal, conforme projeto. Fixação sob responsabilidade da contratada.</p><p>Endereço de retirada: Av. XV de Novembro, nº 12, Joaçaba/SC.</p><p>Endereço de instalação: Rua Felipe Schmidt, nº 646-759, Centro, Joaçaba/SC.</p>● Faixas de vinil preto, para marcação das portas e janelas em vidro da fachada, conforme projeto:<p>Quantidade: 735,40 cm (metragem total).</p><p>Largura: 10 cm.</p><p>Instalação pela lado de dentro da edificação.</p>● Faixas de vinil preto, com letreiro em branco, conforme projeto:<p>Quantidade: 2 (duas) unidades.</p><p>Dimensões: 72,5 cm X10cm.</p><p>Instalação nas folhas de correr da porta de vidro, pelo lado de dentro da edificação.</p>● Adesivo com informações e QRcode, em vinil, conforme projeto:<p>Quantidade: 1 (um) unidade.</p><p>Dimensões: 40 cm x25 cm.</p><p>Instalação no vidro fixo da porta de correr, pelo lado de dentro da edificação.</p>● Adesivo para marcação do espaço de espera do PCD, colado no piso:<p>Quantidade: 1 (um) unidade.</p><p>Dimensões: 80 cm X120 cm.</p><p>Instalação no piso cerâmico.</p>



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	<ul style="list-style-type: none">Placas em ACM, 3mm, na cor preta (fosco), letreiros em branco em alto relevo e Braille. Fontes: Arial Bold, sem bandeira, conforme projeto: Quantidade: 11 (onze) placas de 10x30cm e 1 (uma) placa de 10x20cm.Placa em ACM, 3mm, na cor preta e cinza Pantone 421, letreiros em em alto relevo na cor branca e Braille. Fontes: Arial Bold, com bandeira, conforme projeto. Quantidade: 1 (uma) unidade Dimensões: placa de 15 cm x90 cm. Instalação na alvenaria e nas divisórias de gesso, ao lado da porta de entrada conforme projeto. <p>Local de fornecimento e instalações: CARTÓRIOS DA 18ª E 85ª ZONAS ELEITORAIS - JOAÇABA/SC</p>
--	---

- Material: alumínio composto (ACM) preto, fosco, com espessura de 3 mm.
- Pintura na cor preta, acabamento fosco.
- Letreiros e brasão recortados em vinil.
- Acabamento após adesivação em verniz poliuretânico fosco.
- Fornecimento de todos os materiais e serviços para a perfeita montagem e instalação, independentemente de estarem ou não descritos nestas especificações.
- Fornecimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de fabricação e instalação.
- Instalação seguindo os requisitos obrigatórios de segurança das estruturas e dos operários..
- Garantia de 5 (anos) anos, a partir do recebimento definitivo para a estrutura e fixação; e, 3 (três) anos para os demais materiais.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

Estudo Preliminar juntado ao PAE n. 13.613/2024.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.3. Códigos SIASG

- 22519 - Confecção/instalação de placa de sinalização

4. Requisitos da contratação

4.1. Requisitos Funcionais

- Resistência às ações externas de agentes atmosféricos (chuva; sol).
- Rigidez e fixação adequada à base.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Resistência à corrosão.
- Integridade – não apresentar partes soltas ou destacáveis sob ação do próprio peso e intempéries.
- Durabilidade.

4.2. Requisitos Não Funcionais

- Acabamento perfeito da pintura, sem bolhas ou descascados.
- Alinhamento de letras e símbolos.
- Perfeita adesão das letras e símbolos à base metálica.

4.3. Requisitos Externos

- NBR 15446 de 12/2006 - Painéis de chapas sólidas de alumínio e painéis de material composto de alumínio utilizados em fachadas e revestimentos arquitetônicos - Requisitos
- NBR 16179:2021 – Sinalização vertical viária – chapas de alumínio composto para confecção de placas de sinalização: Requisitos e métodos de ensaio.
- NR 06 – Equipamento de Proteção Individual.
- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- ABNT NBR 9050:2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- Resolução CONAMA n.307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e Resolução CONAMA n.469, de 29.7.2015, que altera o art. 3 da Res. CONAMA n.307:2002.

4.4. Requisitos Técnicos

- Acompanhamento por profissional habilitado (Engenheiro Civil, Arquiteto ou Técnico em Edificações, com formação plena, devidamente inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou no Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CRT da Região: pretende-se que a execução dos serviços seja realizada dentro dos requisitos das normas técnicas vigentes, para garantia da qualidade e durabilidade.
- Qualificação técnica da pessoa jurídica e da pessoa física: a apresentação de atestados de capacidade técnica comprova a execução de serviços já realizados com características semelhantes ao objeto da contratação pela empresa e pelo profissional responsável, com o intuito de garantir melhor qualidade nos serviços executados.
- Comprovação de treinamento para trabalho em altura: comprovação de treinamento na NR-35 dos funcionários e apresentação do ASO (Atestado de Saúde Ocupacional), os dois últimos dentro do prazo de validade.

4.5. Requisitos de Garantia

- Garantia mínima de 5 (cinco) anos para estrutura e instalação e 3 (três) anos para demais materiais.

5. Modelo de execução do objeto



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.1. Prazos

- a) Em até 15 (quinze) dias após o recebimento do contrato, devidamente assinado pelo representante do TRE-SC: apresentar os documentos relacionados no subitem 5.8.2;
- b) Aprovados os documentos pela Seção de Engenharia e Arquitetura (SEEA): iniciar os serviços em até 5 (cinco) dias úteis; neste ínterim, será realizada reunião de alinhamento entre a SEEA, Chefe do Cartório Eleitoral e contratada;
- c) Em até 20 (vinte) dias do início efetivo: executar os serviços conforme condições estipuladas neste Termo de Referência e documentos anexos;
- d) Em até 10 (dez) dias úteis: refazer serviços, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório.

A critério da Administração, podem ser suspensos os trabalhos em caso de impossibilidade da execução dos serviços em determinada área, face aos prazos eleitorais e/ou administrativos.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

ITEM	ZONA(S) ELEITORAL(IS)	ENDEREÇO
1	15ª Zona Eleitoral	Rua Marechal Floriano Peixoto, 35, Edifício Menke, Loja 10 - Centro, Indaial/SC
2	49ª Zona Eleitoral	Rua Ademar de Barros, 230 – Centro, Tangará/SC
3	61ª Zona Eleitoral	Rua Sétimo Casarotto, 98, sala 2 - Centro, Seara/SC
4	17 e 87ª Zonas Eleitorais	Rua Ângelo Schiochet, 90, Centro - Jaraguá do Sul/SC.
5	18 e 85ª Zonas Eleitorais	Rua Felipe Schmidt, 646/759, Centro - Joaçaba/SC

5.3. Recebimento provisório e definitivo

O recebimento provisório será realizado por meio de ateste em termo circunstanciado em até 10 (dez) dias, após a comunicação da CONTRATADA sobre a conclusão dos serviços, desde que haja aceite da fiscalização, conforme artigo 140, inciso I, “a”, da Lei 14.133/2021.

De posse do Relatório de Recebimento Provisório, a CONTRATADA terá prazo de até 10 (dez) dias úteis para o atendimento de todas as exigências da Fiscalização, referentes a defeitos e imperfeições que porventura venham a ser verificados.

O Recebimento Definitivo será efetuado mediante termo circunstanciado, em conformidade com o artigo 140, inciso I, “b”, da Lei 14.133/2021, somente após o saneamento de todas as irregularidades apontadas no Termo de Recebimento Provisório, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da comunicação da CONTRATADA sobre a conclusão dos serviços, observado o disposto no artigo 119 do mencionado diploma legal.

Os recebimentos provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.5. Garantia do objeto

A CONTRATADA deverá prestar garantia dos serviços pelo período mínimo de 5 (cinco) anos para estrutura e fixação e de 3 (três) anos para os demais materiais.

5.6. Vigência da contratação

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto pela unidade responsável.

5.7. Obrigações da Contratante

- 5.7.1. Autorizar o início dos serviços.
- 5.7.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, preço e prazo estabelecidos no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos produtos e serviços pela empresa CONTRATADA, a partir da aprovação pelo CONTRATANTE.
- 5.7.3. Promover a gestão da contratação por meio da equipe designada no subitem 6.2, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021.
- 5.7.4. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.
- 5.7.5. Emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.
- 5.7.6. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nesta contratação.

5.8. Obrigações da Contratada

- 5.8.1. Executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 5.8.2. Apresentar à SEEA os documentos abaixo relacionados em até 15 (quinze) dias após o recebimento do contrato, devidamente assinado pelo representante do TRE-SC:
 - 5.8.2.1 Registro no Conselho de Classe competente do profissional responsável, com a indicação de todos os serviços e número do contrato com o TRE-SC, devidamente pago.
 - 5.8.2.2. Relação dos profissionais que atuarão no local dos serviços, com a comprovação de experiência por meio de Carteira de Trabalho e Atestado de Saúde Ocupacional.
 - 5.8.2.3. Comprovação de treinamento e habilitação para trabalho em altura conforme a NR-35 para todos os profissionais responsáveis pela execução de serviços acima de 2 (dois) metros de altura.
- 5.8.3. Iniciar os serviços em até 5 (cinco) dias úteis, contados da aprovação dos documentos pela Seção de Engenharia e Arquitetura (SEEA) a que se refere o item 5.8.2;
- 5.8.4. Visitar o local ANTES da realização dos serviços para conferência das medidas e demais condicionantes do projeto.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.8.5. Executar os serviços no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado a partir do início efetivo dos trabalhos da contratada, conforme estabelecido no item 5.1.
- 5.8.6. Os serviços deverão ocorrer, preferencialmente, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8 às 17 horas, ou, excepcionalmente, em dias não úteis, mediante autorização e acompanhamento do Gestor do Contrato.
 - 5.8.6.1. Todos os serviços deverão ser agendados com antecedência, pois as atividades do Cartório Eleitoral não poderão ser interrompidas.
 - 5.8.6.2. Os trabalhos que resultem em odores, ruídos, impeçam o fluxo de pessoas, carga e descarga de materiais, que possam colocar em risco a segurança ou causar transtornos aos usuários devem ser executados fora do horário de expediente externo do TRE-SC, que é das 12 às 19 horas, mediante prévia autorização do gestor do contrato.
 - 5.8.6.3. Fornecer antecipadamente ao gestor, mantendo atualizada, relação nominal de todos os funcionários envolvidos diretamente na execução dos serviços contratados, informando os respectivos números de CPF.
- 5.8.7. Refazer o serviço no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório.
- 5.8.8. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
 - 5.8.8.1. Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço.
- 5.8.9. Fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços.
- 5.8.10. Assegurar que os empregados trabalhem uniformizados e com crachá de identificação durante a realização dos serviços.
- 5.8.11. Empregar todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, mesmo os eventualmente não mencionados, nem especificados ou não indicados em desenhos ou tabelas de acabamento ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à sua completa e perfeita realização, responsabilizando-se pela reposição dos materiais danificados em virtude da má execução dos serviços, incluindo aqueles necessários ao seu refazimento.
- 5.8.12. Executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, incluindo a utilização obrigatória dos equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece.
- 5.8.13. Executar os serviços em conformidade com as recomendações das normas da ABNT, INMETRO e demais legislações vigentes.
- 5.8.14. Executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, utilizando inclusive mão de obra especializada, se necessária, bem como manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.
- 5.8.15. Reportar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades.
- 5.8.16. Recolher todo o material resultante das atividades, destinar corretamente os materiais recicláveis e realizar o descarte ecologicamente correto dos resíduos não recicláveis, obedecendo as recomendações da Resolução CONAMA n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e Resolução CONAMA n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3º da Res. CONAMA n. 307:2002.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.8.17. Responder pela guarda e preservação de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega.
- 5.8.18. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia anuência da SEEA/CI/SIS/TRESC.
- 5.8.19. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados.
- 5.8.20. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecerem.
- 5.8.21. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.8.22. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados.
- 5.8.23. Reconstituir locais e/ou objetos que forem danificados, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021: *"O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante"*.
- 5.8.24. Zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências onde os serviços serão executados.
- 5.8.25. Proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável.
- 5.8.26. Assumir total responsabilidade pela execução de todos os serviços constantes do Contrato, respondendo, ainda, pela perfeição, segurança, qualidade e solidez dos serviços executados.
- 5.8.27. Proceder, sempre que necessário, à remoção e ao transporte dos móveis, materiais e equipamentos dos ambientes afetados pela execução dos serviços, bem como, ao final dos serviços, o retorno aos locais adequados.
- 5.8.28. Responsabilizar-se por toda a sinalização, incluindo placas, cavaletes e faixas, de forma a garantir uma eficiente divulgação dos transtornos e perigos dos serviços. A sinalização deverá indicar eventuais áreas de trânsito alternativo.
- 5.8.29. Prestar garantia dos serviços pelo período mínimo de 5 (cinco) anos para estrutura e fixação e de 3 (três) anos para os demais materiais.

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Não se aplica a esta contratação.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;
- i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico;
- f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	Titular ou substituto das unidades
Gestores da Contratação	Chefes dos Cartórios Eleitorais (15ª, da 15ª, 47ª, 61ª, 17ª, 87ª, 18ª e 85ª Zonas Eleitorais)
Fiscal técnico	Seção de Engenharia e Arquitetura
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de instrumento de contrato.

6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do gestor da contratação, ou, na sua ausência, do seu substituto.

Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura SEEA/CI/SIS/TRESC, pelo e-mail ci-seea@tre-sc.jus.br.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento.

As Notas Fiscais/Faturas serão emitidas e entregues aos Gestores Contratuais após autorização de faturamento, e deverão conter a discriminação e os quantitativos dos materiais instalados e serviços realizados.

A autorização para faturamento fica condicionada à emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços pela gestão do contrato.

Os Gestores do Contrato somente atestarão a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Sugere-se que esta contratação seja licitada por item, conforme discriminado no item 3 deste documento.

9.2. Seleção do fornecedor

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os proponentes ou licitantes habilitados e classificados.

9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, considerando a natureza do objeto, deverá ser exigido:

- declaração de disponibilidade de profissional responsável técnico, devidamente registrado no conselho profissional competente, e detentor de documento que comprove a responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
 - um ou mais atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;
 - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
 - registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou Conselho Regional dos Técnicos – CRT;
 - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- e.1) Fica assegurado ao licitante o direito de realização de vistoria prévia ao local, mediante agendamento junto aos cartórios eleitorais, pelos e-mails ou telefones indicados no quadro a seguir.

ITEM	ZONA(S) ELEITORAL(IS)	E-MAIL	TELEFONE
1	15ª Zona Eleitoral	zona015@tre-sc.jus.br	47 988133814
2	47ª Zona Eleitoral	zona047@tre-sc.jus.br	49 988048752
3	61ª Zona Eleitoral	zona061@tre-sc.jus.br	49 988059529
4	17ª e 87ª ZEs	zona087@tre-sc.jus.br	47 988242394
5	18ª e 85ª ZEs	zona085@tre-sc.jus.br	49 988703813

Os profissionais indicados pelo licitante na forma das alíneas “a” e “c” deverão participar dos serviços, objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- Não há requisitos específicos de qualificação econômico-financeira.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

R\$ 13.998,13 (treze mil, novecentos e noventa e oito reais e treze centavos).

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I

Item 3 – Comunicação Visual

11.2. Plano de Logística Sustentável

Esta contratação tem como projeto o padrão de identidade visual adotado pela Justiça Eleitoral de Santa Catarina. As placas e totens externos são de material reciclável - ACM (alumínio composto), geralmente reaproveitável em alterações de endereço e sem gastos de energia com iluminação.

Obedece às seguintes orientações do Plano de Logística Sustentável:

- Manter o contrato de energia adequado à real demanda de energia elétrica.
- Promover a destinação ecologicamente correta dos resíduos não recicláveis.
- Coletar os materiais de consumo ou permanentes que estão em desuso nas unidades.
- Incentivar a correta separação de resíduos.
- Orientar os servidores e terceirizados para a coleta de resíduos.
- Implementar o reaproveitamento de materiais oriundos de reformas e construções.
- Adotar requisitos técnicos de construção sustentável nos projetos e contratações de obras e serviços de engenharia.
- Promover a destinação correta dos resíduos de construção e demolição, de acordo com as diretrizes do CONAMA.
- Adotar medidas para promover um ambiente físico de trabalho seguro.
- Estimular contratações sustentáveis, ou seja, com a inserção de critérios de sustentabilidade na especificação do objeto ou nas obrigações da contratada.

11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

12. Adequação orçamentária



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	R\$ 13.998,13

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

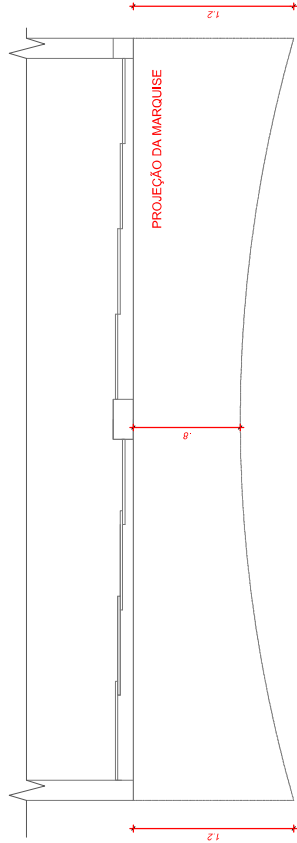
13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

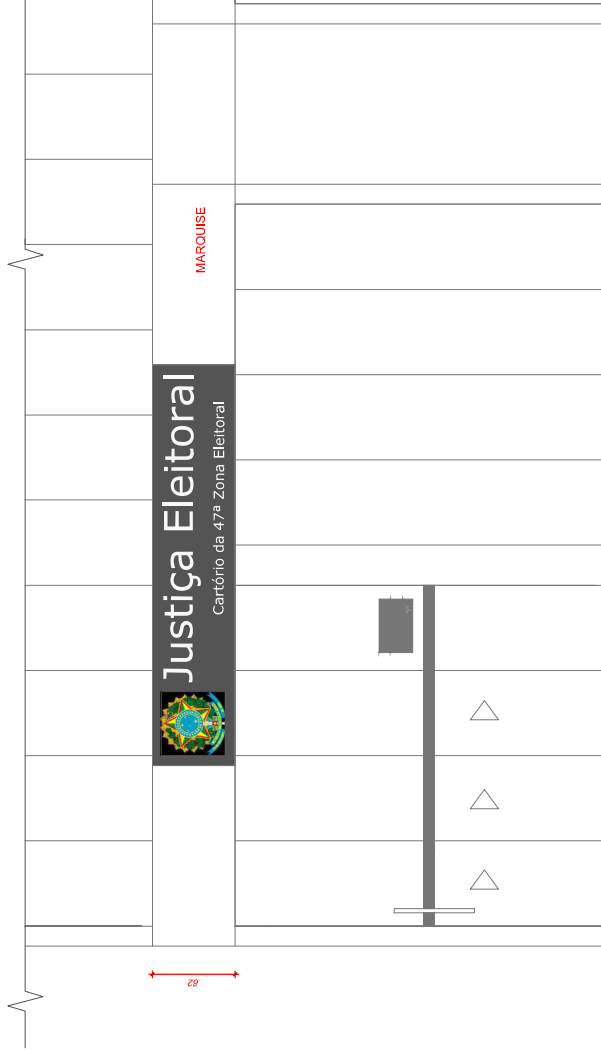
13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



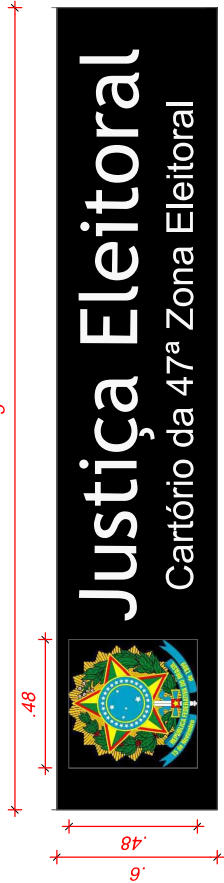
Planta baixa

1:25



Fachada

1:25




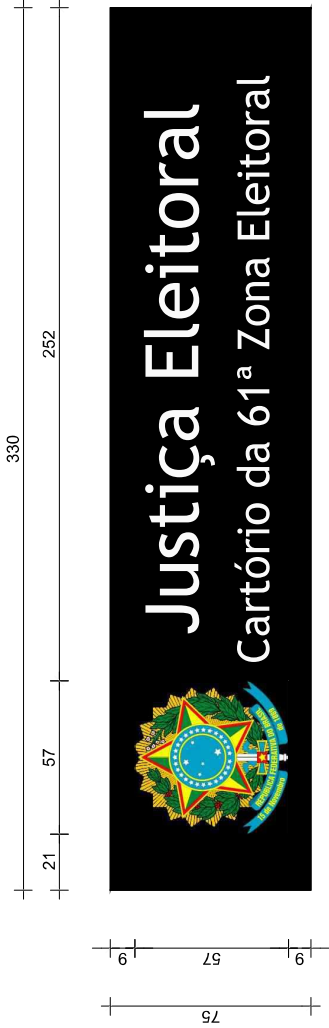
Placa em alumínio composto ACM, com 3mm de espessura, na cor preta, acabamento fosco, com as dimensões de 1,60 m X 0,30m; Brasão e letreiros adesivados, fonte Trebuchet MS, 10 e 5, na cor branca, acabamento fosco. Pintura PU. Fixação com parafusos Parabolit.

Detalhe da placa

1:25



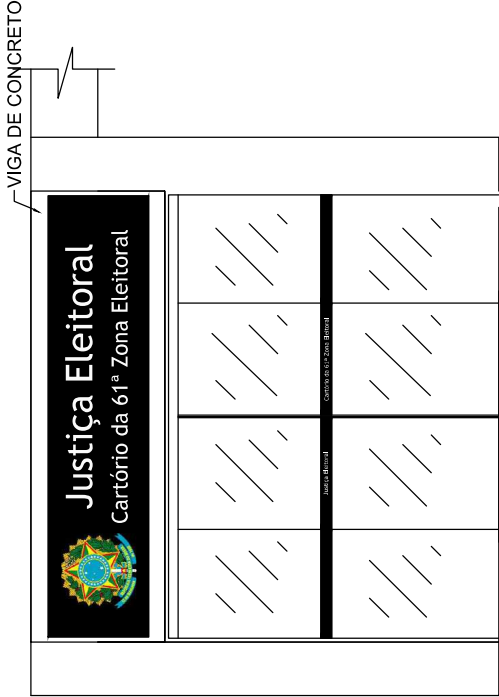
PROJETO:				CMV			
				Cartório Eleitoral de Tangará			
LOCAL:				Rua Ademar de Barros 230, Centro, Tangará - SC.			
SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA				ARQUIVO			
CHEFE DA SEÇÃO				[Tangará] CMV			
Palmyra Farinazzo Reis Repette				[Tangará] CMV			
CPF: 041.076.952-08/5952				MARÇO/24			
DATA:				s/escala (FOLHA A2)			
ESCALA:				01/01			



Placa em alumínio composto ACM, com 3mm de espessura, na cor preta, acabamento fosco, com as dimensões de 330cm X 75cm; Brasão e letreiro adesivado, fonte Trebuchet MS , 20 e 12, na cor branca, acabamento fosco. Fixação com parafusos parbolt.

Placa em ACM


SEM ESCALA

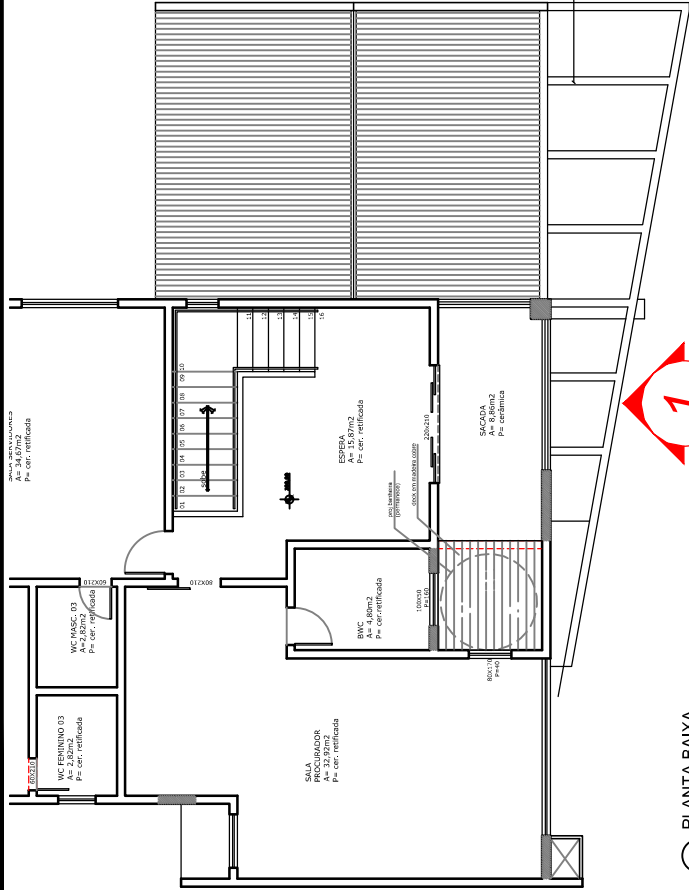


Local de Instalação

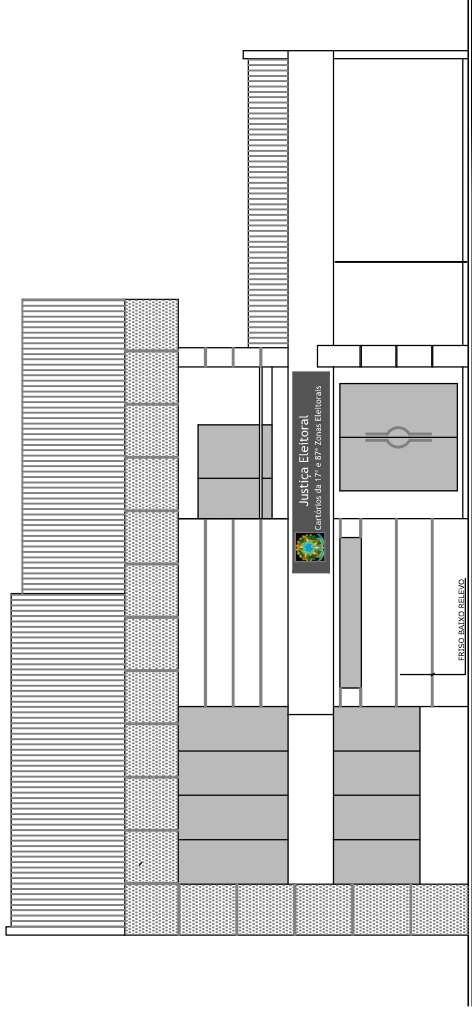
SEM ESCALA

- 1. Todas as medidas estão em centímetros.
- 2. Conferir medidas no local.
- 3. FONTE TREBUCHET MS

		PROJETO:		CMV	
SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA		LOCAL:		CARTÓRIO DA 61ª ZONA ELEITORAL	
Carla Marcon Pinheiro Machado		ANALISTA		AV. SETIMO CASAROTTO, 14-96, CENTRO, SEANASC	
Pamyral Farnazzo Reis Repette		DATA:		junho/2024	
Eng. Civil - CREASC 085.995-2		INDICADA		01/01	



1 PLANTA BAIXA
SEM ESCALA



FACHADA LESTE
.....1:50

1 FACHADA - LOCALIZAÇÃO DA PLACA
SEM ESCALA

375



1 PLACA EM ACM
SEM ESCALA

Placa em alumínio composto ACM, com 3mm de espessura, na cor preta, acabamento fosco, com as dimensões de 375cm X 68cm; Brasão reaproveitado; letreiro adesivado, fonte Trebuchet MS, 17 e 11, na cor branca, acabamento fosco. Pintura PU. Fixação com parafusos Parabolit.



PROJETO:	PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL		
LOCAL:	CARTÓRIOS ELEITORAIS DA 17ª e 87ª ZONA ELEITORAL		
ARQUIVO:	Rua Ângelo Schiochet, 90, Centro, Jaraguá do Sul - SC		
SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	Carla Marcon P. M. Analista Judiciária	DATA	junho/2024
Cadernos de SEEA	Eng. Palmyra F. Reis Repette CREA-SC 085955-2	ESCALA	INDICADA (FOLHA A3)
		PRANCHAS	01 / 01

QUADRO DE SINALIZAÇÃO				
REF	TEXTO	DIMENSÃO	MATERIAL	APLICAÇÃO
1	Placa existente	200x40	Placa ACM	Chapas na fachada
2	Porta Automática	72,5x10	vinil preto e letras brancas	Porta de vidro
3	Informações (cf. desenho)	40x25	Adesivo em vinil	Porta de vidro
4	Placa ACM (cf. desenho)	15x90	AMC e pintura	alvenaria
5	Sinalização no piso - PCD	80x120	Adesivo vinílico azul e br	piso cerâmico
6	Ver desenho	10x30	ACM, fontes em relevo	divisória naval
7	Ver desenho	10x30	ACM, fontes em relevo	alvenaria
8	Ver desenho	10x30	ACM, fontes em relevo	divisória naval
9	Ver desenho	10x30	ACM, fontes em relevo	alvenaria
10	Ver desenho	10x30	ACM, fontes em relevo	alvenaria
11	Ver desenho	10x30	ACM, fontes em relevo	divisória de gesso
12	Ver desenho	10x20	ACM, fontes em relevo	divisória de gesso
13	Ver desenho	10x30	ACM, fontes em relevo	divisória de gesso
2b	Faixas pretas na fachada	735,4x10	vinil preto	vidros da fachada

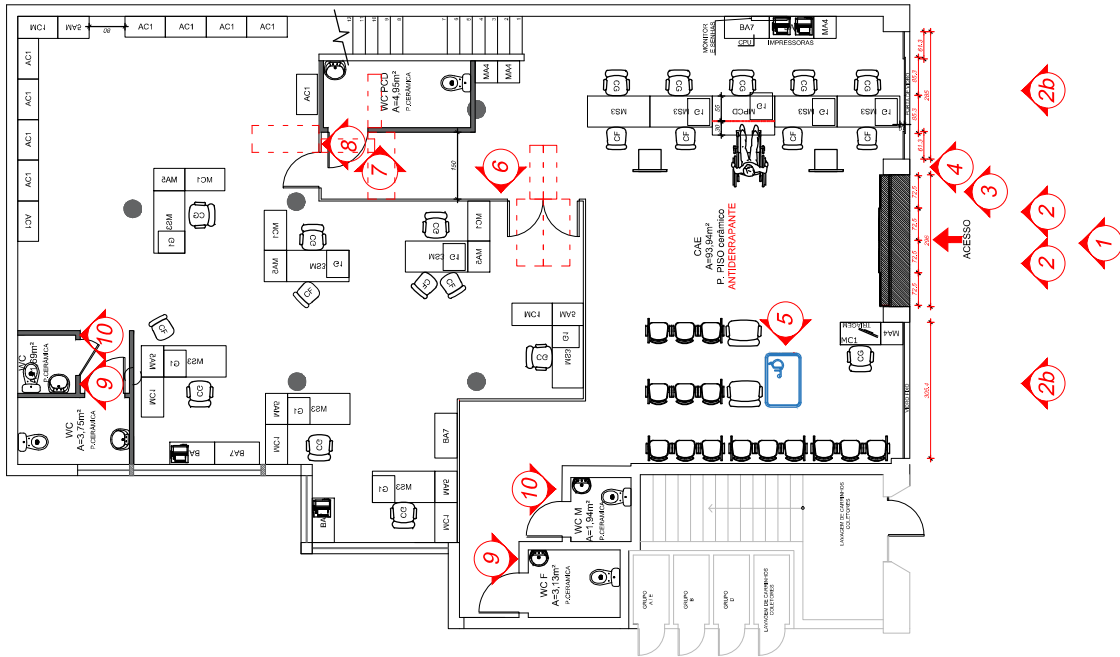
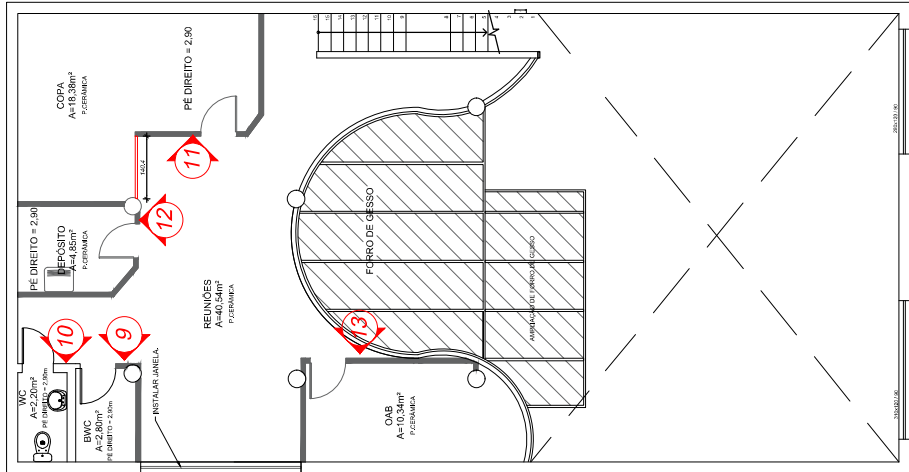
OBSERVAÇÕES

1. Todas as medidas estão em centímetros.
2. A empresa contratada para execução deste projeto deverá conferir "in loco" todas as dimensões.
3. O projeto básico anexo ao edital deverá ser consultado, a fim de complementar as especificações deste projeto.
4. As placas verticais devem ter arestas polidas e sem cantos vivos, de modo a não ferir ao tato, fixadas com fita dupla face.
5. Todos os textos devem ter relevo (0,8 a 1,2mm) e os textos em Braille (0,6 a 0,8mm), obedecendo à NBR 9050/2020.
6. Textos em Braille, ver prancha 05/05.
7. A fixação da placa de ACM nas chapas da fachada são de responsabilidade da Contratada.



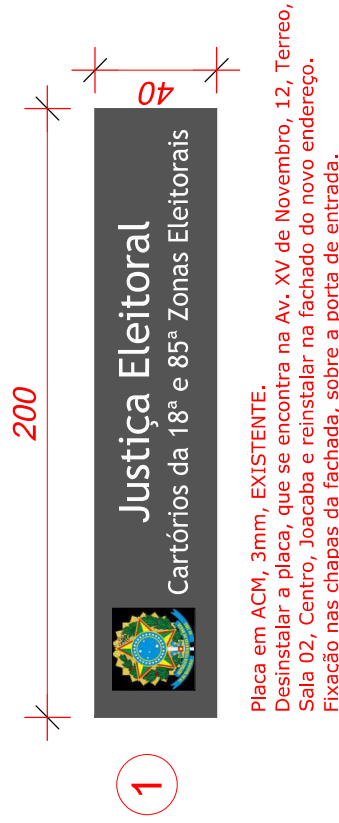
ESTUDO COMUNICAÇÃO VISUAL E TÁTIL

PROJETO:		ARGUINJO	
LOCAL:		[JOAÇABA] CMVT R03	
SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA		[JOAÇABA] CMVT R03	
Carla Marcon P M		Karina C Fernandes	
Arquiteta		Técnica Designer de Interiores	
CHEFE DA SEÇÃO		DATA	
Palmyra Farnazzo Reis Repette		Agosto/24	
Eng. Civil - CREA/SC 086.956-2		s/escala (FOLHA A3)	
		PRONCHAL	
		01/05	



PLANTA BAIXA TÉRREO E MEZANINO

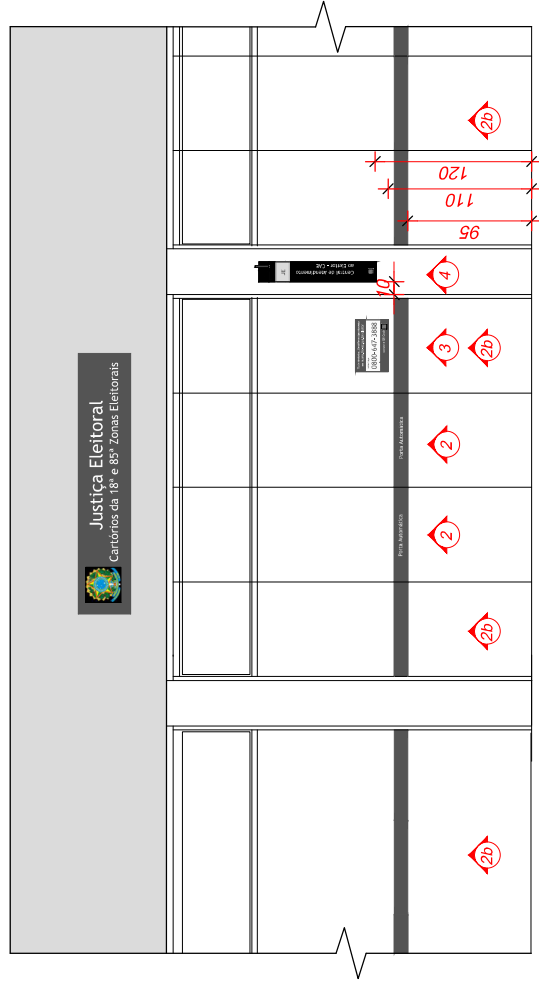
sem escala



Placa em ACM, 3mm, EXISTENTE.
Desinstalar a placa, que se encontra na Av. XV de Novembro, 12, Terreo,
Sala 02, Centro, Joacaba e reinstalar na fachada do novo endereço.
Fixação nas chapas da fachada, sobre a porta de entrada.

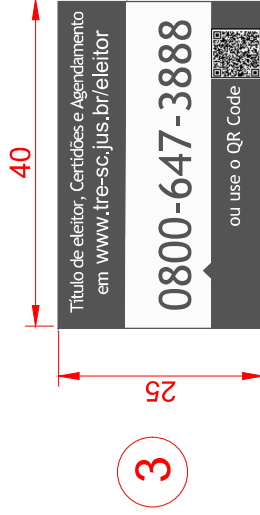
PLACA DA FACHADA EM ACM

sem escala

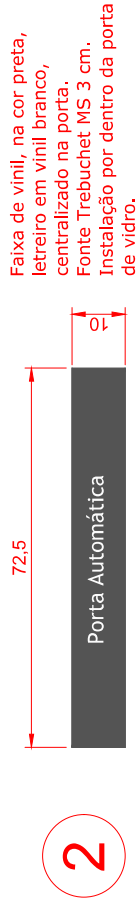


INFORMAÇÕES AO ELEITOR

sem escala




ADESIVO FABRICADO EM VINÍLICO FOSCO, NA COR PRETA E BRANCA. LETEIROS: LETRAS ADESIVAS EM VINIL FOSCO, NA COR BRANCA E PRETA. FONTE: TREBUCHET MS, 1,6 e 1.0. PARA O TELEFONE, VERDANA 4.0 QR CODE - arquivo anexo - 6,0x6,0cm.



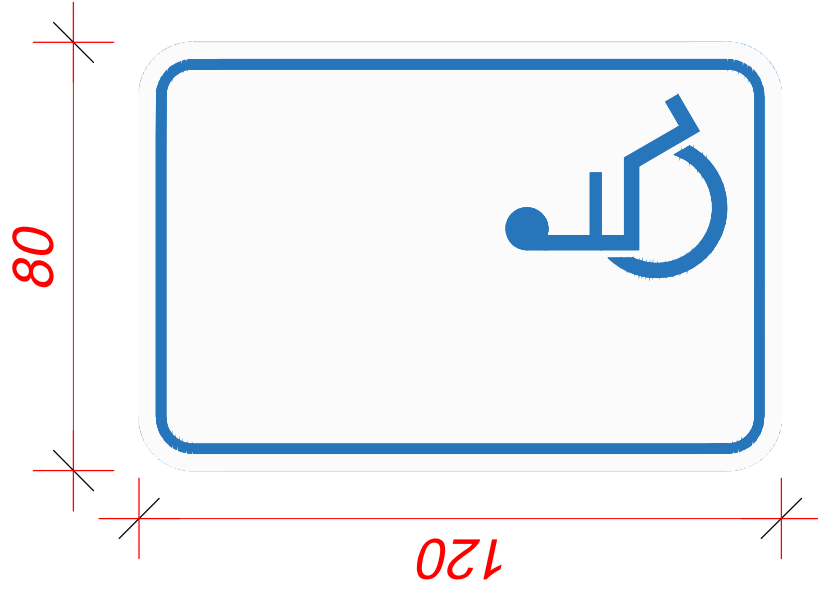
FAIXAS DA PORTA DE VIDRO

sem escala

	PROJETO:		COMUNICAÇÃO VISUAL E TÁTIL	
	LOCAL:		Cartórios da 17ª e 85ª Zonas Eleitorais Rua Felipe Schmidt, 646-759 - Centro, JOAÇABA/SC	
SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA Carla Marcon P M Analista Judicial	Karina C Fernandes Técnica Designer de Interiores	ARQUIVO:	(JOAÇABA) CMWT R03	
CHEFE DA SEÇÃO Palmyra Farnazzo Reis Repette Eng. Civil - CREA/SC 085.995-2	DATA: Agosto/24	ESCALA:	s/escala (FOLHA A3)	
			PRANCHA:	02/05

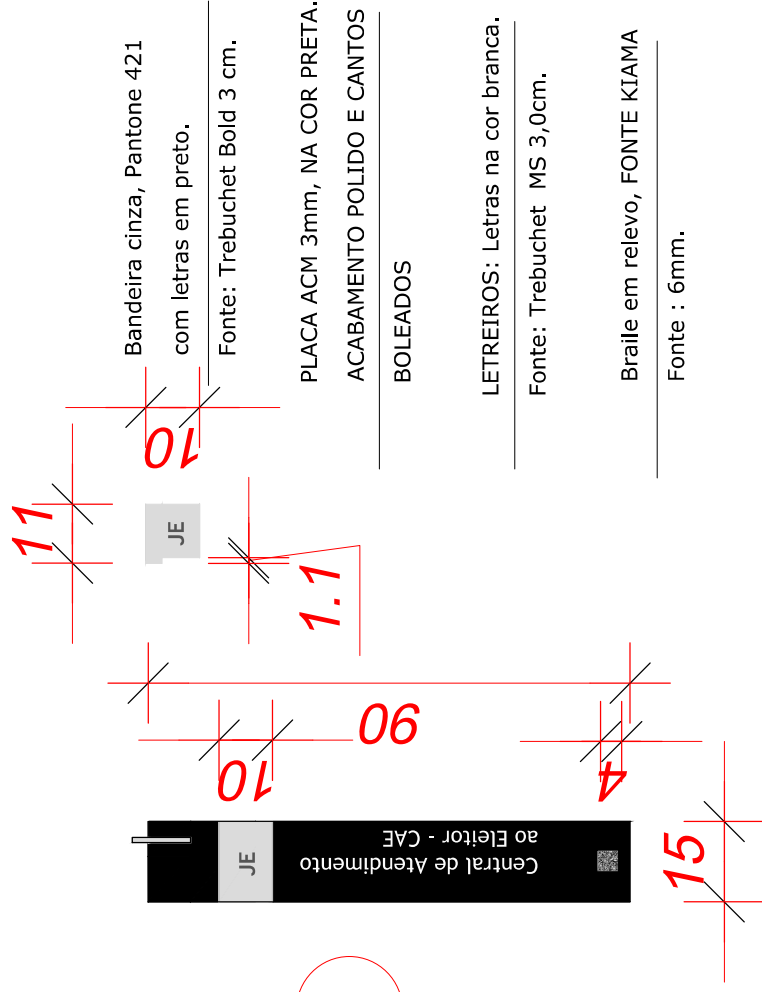
DETALHE DE INSTALAÇÃO NA FACHADA

sem escala



ADESIVO COLADO NO PISO

PLACA ACM NA FACHADA COM INF. TÁTIL



COMUNICAÇÃO VISUAL E TÁTIL

Cartórios da 17ª e 85ª Zonas Eleitorais
Rua Felipe Schmidt, 646-759 - Centro, JOAÇABA/SC

SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Carla Marcon P M
Analista Judiciária

Palmyra Farinazzo Reis Repette
Eng. Civil - CREA/SC 085.995-2

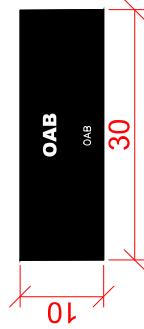
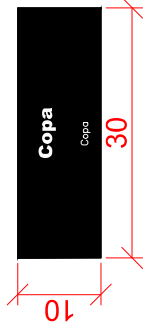


Letras inferiores meramente ilustrativa
Relevo em Braille

6

7

8




Fonte: Arial Bold 1,6 cm
ou símbolo 4cm.
PLACA ACM 3mm, na cor preta.
Acabamento fosco e cantos boleados.
Texto em alto relevo na cor branca.
Texto em relevo (0,8 a 1,2mm) Braille (0,6 a 0,8mm)
Letreiro Braille em relevo,
Fonte : 16mm.












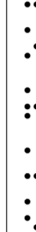
DETALHE DE INSTALAÇÃO


sem escala



		PROJETO:		COMUNICAÇÃO VISUAL E TÁTIL	
		LOCAL:		Cartórios da 17ª e 85ª Zonas Eleitorais Rua Felipe Schmidt, 646-759 - Centro, JOAÇABA/SC	
SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA Carla Marcon P. M. Analista Judicial		ARQUIVO:		PRANCHA:	
		Karina C. Fernandes Técnica Designer de Interiores		[JOAÇABA] DWVT R03	
CHIEFE DA REGIÃO Palmyra Farnazzo Reis Repette Eng. Civil - CREASC 086.956-2		DATA:		ESCALA:	
		Agosto/24		s/escala (FOLHA A3)	
				04/05	

TEXTOS EM BRAILE EM PLACAS DE ACRÍLICO

REF		QTD	
4	Atendimento ao Eleitor Porta Automática Informações acesse o QRCode  ou o telefone 08006473888	  	01
6	Cartórios Eleitorais - 17ª e 85ª ZE		01
7	Sanitário Acessível		01
8	Acesso Restrito		01
9	Sanitário Feminino		03
10	Sanitário Masculino		03
11	Copa		01
12	Material de Limpeza		01
13	Sala da OAB		01



PROJETO:

COMUNICAÇÃO VISUAL E TÁTIL - Braille

LOCAL:

Cartórios da 17ª e 85ª Zonas Eleitorais
Rua Felipe Schmidt, 646-759 - Centro, JOAÇABA/SC

SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
Carla Marcon P.M.
Analista Judiciária

ARQUIVO:

JOAÇABA/CMVT R03

CHEFE DA SEÇÃO
Palmyra Farinazzo Reis Repette
Eng. Civil - CREA/SC 085.985-2

DATA:

Agosto/24

ESCALA:

s/escala (FOLHA A3)

PRANCHAS:

05/05